



RESUMO EXECUTIVO DA ATA

8ª. Reunião Plenária Ordinária Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

Data: 06 de novembro de 2018.

Local: Palácio do Governo, Salão dos Pratos, Av. Morumbi nº. 4500 - São Paulo-SP

ABERTURA

Constatado o quórum de 22 membros presentes, o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, e Presidente do CONESAN, Ricardo Daruiz Borsari, realizou os cumprimentos iniciais, e instalou a plenária. Em breve exposição, foi apresentada a pauta da reunião, dando-se início aos trabalhos.

POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS GESTÃO DO BIÊNIO 2019 A 2020

O Presidente deu posse aos novos membros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN eleitos para o biênio 2019/2020. Todos os membros foram designados por ato do Governador Geraldo Alckmin, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar do Estado de São Paulo, nº1025/2007, nos termos do art. 3º do Dec. Estadual nº54644/2009. Na oportunidade, foram indicados os membros com direito a voto, conforme segue:

Segmento Governo do Estado: Secretaria da Saúde - Titular: Marco Antônio Zago (Secretário da Secretaria de Saúde), e Delegado: Rubens José Mário Júnior (Diretor Técnico de Serviço de Saúde); Secretaria de Estado da Habitação – Titular: Paulo Cesar Matheus da Silva (Secretário de Estado da Habitação), e Delegado: Lacir Ferreira Baldusco (Presidente do GRAPROHAB); Secretaria de Planejamento e Gestão Titular - Mauricio Pinto Pereira Juvenal (Secretário de Planejamento e Gestão), e Delegado: Antonio Cerri (Secretário Adjunto); Secretaria do Meio Ambiente – Titular: Eduardo Trani (Secretário de Estado do Meio Ambiente), e Delegado: André Luiz Fernandes Simas (Especialista Ambiental); Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Titular: Vinicius Almeida Camarinha (Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação), e Delegado: João Carlos Campanilli (Assessor Técnico de Gabinete); Procuradoria Geral do Estado – Titular: Juan Francisco Carpenter (Procurador Geral do Estado), e Delegado: Camila Rocha Cunha Viana (Procuradora do Estado); Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP – Titular: Karla Bertocco Trindade (Diretora Presidente), e Delegado: Rachel Dreher (Superintendente de Assuntos Regulatórios); Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EMPLASA – Titular: Luiz José Pedretti (Diretor Presidente), e Delegado: Marilda Ferreira Cassim Pinheiro (Coordenadora de Recursos Hídricos da EMPLASA); Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP – Titular: Ester Aparecida Viana (Diretora Presidente), e Delegado: Viviane Christina de Oliveira Moreira (Especialista em Políticas

36 PÚBLICAS); Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM – Titular: Ricardo Guimarães
37 Hourneaux de Moura (Diretor Executivo), e Delegada: Ana Lúcia Buccolo Marques (Analista de
38 Recursos Ambientais).

39 **Segmento Municípios:** Alto Tietê – Titular: Gustavo Henric Costa (Prefeito Municipal de
40 Guarulhos), e Delegado: Paulo Serra (Prefeito Municipal de Santo André); Paraíba do Sul e
41 Serra da Mantiqueira – Titular: Rolien Guarda Garcia (Prefeito Municipal de Cunha), e Delegado:
42 Ana Maria de Gouvea (Prefeita Municipal de Piquete); Litoral Norte e Baixada Santista – Titular:
43 Marcio Batista Tenório (Prefeito Municipal de Ilhabela), e Delegado: Valter Suman (Prefeito
44 Municipal de Guaruja); Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Alto Paranapanema: Titular: Dinamérico
45 Gonçalves Peroni (Prefeito Municipal de Itariri), e Delegado: José Clovis de Almeida (Prefeito
46 Municipal de Itararé); Médio Paranapanema e Pontal do Paranapanema – Titular: Itamar dos
47 Santos Silva (Prefeito Municipal de Narandiba), e Delegado: Cesar Centeio de Araujo (Prefeito
48 Municipal de Rancharia); Aguapeí/Peixe e Baixo Tietê – Titular: Gisele Tonchis (Prefeita
49 Municipal de Lourdes), e Delegado: Vago; Tietê/Jacaré e Tietê/ Batalha – Titular: Marcos
50 Donizete Olivatto (Prefeito Municipal de Macatuba), e Delegado: Edgar de Souza (Prefeito
51 Municipal de Lins); Turvo / Grande e São José dos Dourados – Titular: João Manoel de Castilho
52 (Prefeito Municipal de Floreal), e Delegado: André Giovanni Pessuto Cândido (Prefeito Municipal
53 de Fernandópolis); Sapucaí/Grande e Baixo Pardo/Grande – Titular: Diab Taha (Prefeito
54 Municipal de Colina), e Delegado: Dalva Aparecida Pierazo Rodrigues (Prefeita Municipal de
55 Aramina); Pardo e Mogi-Guaçu – Titular: Rômulo Luis de Lima Ripa (Prefeito Municipal de Porto
56 Ferreira), e Delegado: Dimar de Brito (Prefeito Municipal de Santa Cruz da Esperança);
57 Sorocaba/Médio Tietê e Piracicaba-Capivari-Jundiaí – Titular: Luis Fernando Arantes Machado
58 (Prefeito Municipal de Jundiaí), e Delegado: vago.

59 **Segmento sociedade civil organizada:** Um representante de entidade de defesa do
60 consumidor, representando os consumidores residenciais de serviços públicos de saneamento
61 básico - Titular: Associação Brasileira de Defesa do Consumidor–PRO TESTE, Representante:
62 Juliana Moya Rios Ferreira Silva, Suplente: vago. Dois representantes de organizações não
63 governamentais, sem fins lucrativos, dedicadas direta ou indiretamente à promoção do
64 desenvolvimento urbano, do saneamento básico e da saúde pública ou à proteção, recuperação
65 e preservação do meio ambiente: Titular: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo,
66 Representante: Juliana Vieira dos Santos, Titular: Associação dos Engenheiros da Sabesp–
67 AESABESP, Representante: Fátima Valéria de Carvalho, Suplentes: Ação da Cidadania–Comitê
68 Ibiúna/SP Representante Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas, e Instituto de Arquitetos do
69 Brasil –IAB-SP, Representante Renata Maria Pinto Moreira. Um representante de Sindicato de
70 Trabalhadores do setor de saneamento básico - Titular: Sindicato dos Urbanitários de Santos–
71 SINTIUS Representante Mauro de Freitas Mazzitelli, Suplente: Sindicato dos Trabalhadores em
72 Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo-SINTAEMA, Representante: José
73 Mairton Pereira Barreto; Um Representante de entidades federativas, comerciais ou industriais,
74 representando grandes consumidores de serviços públicos de saneamento básico – Titular:
75 Federação do Comércio de Bens Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO,
76 Representante: Jorge Jamal Ayad Badra, Suplente: Federação das Indústrias do Estado de São
77 Paulo – FIESP, Representante José Eduardo Gobbi. Dois representantes de entidades
78 associativas de operadores de serviços públicos de saneamento básico - Titular: Associação
79 Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – ABCON,
80 Representante Ana Lia de Castro, e Titular: Associação das Empresas de Saneamento Básico
81 Estaduais - AESBE , Representante: Ubiratan Pereira da Silva, Suplentes Associação Nacional
82 dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE, Representante: Gustavo Arthur Michelin



83 Prado, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, Representante: Jorge Luiz da
84 Silva Rocco. Dois representantes de entidades associativas de profissionais do setor de
85 saneamento básico - Titular: Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP,
86 Representante: Fátima Aparecida Blockwitz, Suplente: Associação Brasileira de Engenharia
87 Sanitária e Ambiental – ABES, Representante: Alessandra Ourique de Carvalho, Titular:
88 Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE,
89 Representante: Carlos Roberto da Silva Filho e Suplente: vago. Um representante de entidades
90 associativas de empresas de consultoria de meio ambiente e de construção de obras de
91 saneamento básico - Titular: Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia
92 Consultiva-SINAENCO, Representante: Fernando Jardim Mentone, Suplente: Associação Paulista
93 de Empresas de Consultoria e Serviços em Saneamento e Meio Ambiente – APECS,
94 Representante: Luiz Roberto Gravina Pladevall. Um representante de entidades associativas de
95 empresas de fabricação e comercialização de produtos industriais utilizados em saneamento
96 básico - Titular Sindicato Nacional das Indústrias de Equipamentos – ABIMAQ, Representante:
97 Maria Estela Abramides Testa, Suplente: Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para
98 fins industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo – SINPROQUIM, Representante:
99 Claudia Oliveira Gomes.

100 **Membros convidados:** Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São
101 Paulo-ARSESP, Titular: Hélio Luiz Castro (Diretor Presidente ARSESP), Suplente: Anapaula
102 Fernandes da Rocha Campos (Diretor de Regulação Técnica); Ministério Público do Estado de
103 São Paulo, Titular: Ivan Carneiro Castanheiro, Suplente: Marcos Roberto Funari; Defensoria
104 Pública do Estado de São Paulo, Titular: Vanessa Chalegre de Andrade França, Suplente: Allan
105 Ramalho Ferreira. Representantes das Universidades Públicas Estaduais: Universidade Estadual
106 de Campinas UNICAMP, Titular: Ricardo de Lima Isaac, Suplente: Emília Wanda Rutkowski;
107 Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Titular: Profº Leandro
108 Cardoso de Moraes, Suplente: Gustavo Henrique Ribeiro da Silva; Universidade de São Paulo –
109 USP, Titular: Patricia Faga Iglecias Lemos, Suplente: Tamara Maria Gomes Aprilanti.

110 **APROVAÇÃO DA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONESAN.**

111 Ivan Carneiro Castanheiro (Ministério Público) sugeriu correção da ata da 7ª Reunião Ordinária
112 do CONESAN, trata-se da existência de um erro material ao citar o número da lei sobre
113 regularização fundiária, sendo assim, onde se lê: "*lei nº 13435*", leia-se: "*lei nº 13465*" (folha
114 6). Após as devidas correções a respectiva Ata foi aprovada por unanimidade.

115 **Deliberação Ad Referendum nº 003/2018 – referenda as Deliberações nº 1 e 2**
116 **aprovadas pelo Presidente, para a abertura do processo eleitoral, renovação dos**
117 **representantes da Sociedade Civil e dos Municípios no CONESAN.** Não havendo
118 manifestação contrária, foi aprovada por unanimidade a **DELIBERAÇÃO CONESAN**
119 **003/2018.**

120 **INFORMES:**

121 **PROGRAMA ÁGUA LIMPA**

122 O Presidente apresentou breve explicação sobre o Programa Água Limpa e a nova estrutura
123 atribuída ao mesmo. Ou seja, trata-se da contratação de obras e serviços para implantação do



124 sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário urbano por meio de convênio
125 celebrado entre o Estado de São Paulo o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, e
126 Municípios paulistas. A nova estrutura do Programa, proposta pelo Estado de São Paulo, como
127 busca de alternativas a sua continuidade, é promovida como programa de financiamento em
128 parceria com a Desenvolve São Paulo, que ocorre pelo fato de algumas prefeituras não
129 possuírem condições de operar determinadas estações projetadas para o tratamento de esgoto.
130 Foram citados os vários municípios já atendidos, bem como os em processo de aprovação.
131 Foram esclarecidas algumas peculiaridades do Programa Desenvolve São Paulo, tais como
132 requisitos para participação, formulação do pedido de financiamento, e o que pode ser objeto
133 do pleito. Em conclusão, o Presidente ponderou a sua expectativa positiva sobre o Programa.

134 **Planos Municipais de Saneamento – Conclusão e Entrega do Sistema de Informação
135 do Saneamento Básico Paulista – SISAN.**

136 O Presidente passa a palavra à Secretária Executiva do CONESAN Vilma dos Anjos Gonçalves,
137 que inicia sua fala pela temática da realização dos Planos Municipais de Saneamento – PMS
138 financiados pela SSRH. Ela pontua ter sido um trabalho muito produtivo e extenso. O programa
139 possibilitou o atendimento aos municípios que não possuíam o respectivo Plano Municipal de
140 Saneamento, bem como aos municípios que estavam com seus planos incompletos. Em síntese,
141 foram entregues 364 PMS e 8 Planos Regionais de Saneamento, num total de 372 elaborados.
142 Em 2018, foram entregues 152 Planos Específicos de Saneamento Básico, dos quais 36 tinham
143 por objeto Planos de Resíduos Sólidos, 78 tinham por objeto Planos de Água e Esgoto, e 108
144 tinham por objeto Planos de drenagem de Águas Pluviais, totalizando 222 planos entregues até
145 o mês de outubro, resultando no atendimento a uma população de 11 milhões de pessoas.
146 O Presidente reforça a importância dos Planos Municipais de Saneamento, e sobre a
147 possibilidade de os Comitês de Bacia usarem os dados constantes nesses Planos Municipais
148 para a revisão de seus Planos de Bacia.

149 A Secretaria Executiva apresenta a situação atual, na qual o Estado de São Paulo alcançou
150 100% dos municípios paulistas cobertos com Planos Municipais de Saneamento. São Paulo é
151 primeiro Estado brasileiro a atingir esse objetivo. Foram utilizados recursos do Estado para
152 realização de 52% dos casos e 48% por meio de financiamentos do FUNASA, concessionárias, e
153 FEHIDRO. A segunda etapa do programa, que prevê a revisão dos planos realizados até 2015,
154 está em vias de ser implementada, por consequência do Decreto Estadual nº 63.754/2018,
155 contará com a parceria da ARSESP, e os trabalhos serão iniciados atendendo-se primeiramente
156 aos municípios regulados e fiscalizados por esta agência.

157 Eduardo Trani (Secretário de Meio Ambiente – SMA) informa que a Secretaria do Meio
158 Ambiente trabalhou conjuntamente com a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos no
159 que diz respeito aos planos de resíduos sólidos dos municípios. E todos os Planos Municipais
160 podem ser acessados no site da SMA, no qual há 430 Planos de Resíduos Sólidos, devendo ser
161 atingida a universalização em breve. A Secretaria do Meio Ambiente priorizou a busca de
162 soluções regionais. E ressalta a importância dos Planos Regionais de Saneamento e de Resíduos
163 Sólidos.

164 Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas (Ação Cidadania - Comitê Ibiúna), parabeniza pelas
165 apresentações, comenta a importância desse trabalho integrado entre secretarias de Estado e
166 solicita alguns esclarecimentos adicionais.

167 Eduardo Trani explica que o ideal seria a celebração de consórcios integrados passíveis de
168 atender todos os serviços englobados pelo saneamento básico. Sobre a questão dos resíduos

M.

169 sólidos, estão intrinsecamente ligados à Secretaria do Meio Ambiente em razão dos aterros
170 sanitários. E informou que o Estado de São Paulo encontra-se com o melhor "score" em termos
171 de aterros adequados, e há apenas 24 Municípios com aterros considerados inadequados.

172 Maria Ribas classifica como louvável os trabalhos realizados pelas Secretarias do Meio
173 Ambiente e Saneamento e Recursos Hídricos, fazendo um apelo para voltarem o olhar especial
174 também para o licenciamento ambiental.

175 Karla Bertocco Trintade (SABESP) observa a preocupação da SABESP com o tema resíduos
176 sólidos no setor de saneamento, e vem fazendo um planejamento estratégico para ampliar a
177 atuação no setor de saneamento como um todo, nos termos da lei 11445/2007, principalmente
178 em razão da necessidade de uma disposição final adequada dos resíduos sólidos. Comenta
179 sobre possíveis soluções como o uso da energia em forma de economia circular. E oferece sua
180 contribuição atuando no âmbito regional. Oferece uma solução aos municípios com alto índice
181 de inadimplência na cobrança da taxa do lixo, podendo esta passar a ser realizada
182 conjuntamente com a cobrança de água e esgoto para minimizar o problema.

183 Ivan Carneiro Castanheiro (Ministério Público) sugere a criação de uma Câmara Técnica que
184 possa trabalhar saneamento básico (incluindo: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos)
185 como função pública de interesse comum. Esse trabalho possibilitaria àqueles municípios que
186 não conseguem desenvolver sozinhos o planejamento e execução dos trabalhos de resíduos
187 sólidos, atuando, assim, em conjunto, através de aglomeração. Propõe ainda a criação de uma
188 câmara técnica de planejamento para estudo do tema, possibilitando enfrentar a questão de
189 forma regionalizada, nos moldes Lei Complementar 760/1994 do Estado de São Paulo, que
190 versa sobre o desenvolvimento dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados-PDUI.
191 Relembra que ao CONESAN cabe estabelecer as políticas nas áreas do saneamento, propondo
192 ao Governador, considerando também que o Estatuto da Metrópole dispõe sobre a titularidade
193 compartilhada em saneamento, assim, este é um trabalho a ser desenvolvido que enseja uma
194 oportunidade ímpar, pois os municípios não conseguem alavancar essa questão dos resíduos
195 sozinhos, mas de forma regionalizada se pode pensar em uma proposta conjunta de
196 trabalho, sempre respeitando a unidade de planejamento".

197 Valter Suman (PM Guarujá) diz que parte de sua sugestão já tinha sido antecipada pelo
198 Promotor Ivan, mas indo além, que na questão dos resíduos sólidos, as cidades muitas vezes já
199 se mobilizam sem esperar pelo Estado ou a União. Aponta o exemplo do trabalho feito em
200 Bertioga, e o diálogo feito em parceria com o Guarujá e sugere que mais do que uma câmara
201 temática, seja criado um observatório, para que haja diálogo entre os próprios prefeitos no qual
202 seja possível verificar e registrar o que está sendo feito em cada cidade, a fim de obter uma
203 ajuda mútua para uma solução mais imediata, "porque soluções mais simples podem ser mais
204 eficazes, e em parceria com o Ministério Público e Organizações não-governamentais".

205 Alberto César Centeio de Araújo (PM Rancharia), elogia o trabalho feito pelo Governo do Estado
206 de São Paulo, e ressalta a importância do Programa Água Limpa. Comenta sobre a dificuldade
207 enfrentada na questão do tratamento do lixo, e a importante ajuda concedida pela Secretaria
208 Estadual do Meio Ambiente aos municípios. Relata a dificuldade dos municípios para custear as
209 empresas que prestam o manejo e tratamento do lixo, coleta e a cooperativa de reciclagem.
210 Conclui que os avanços na questão ambiental só foram possíveis através dos esforços das
211 Secretarias.

212 O Presidente observa que as posições até então colocadas não são excludentes, e sim
213 complementares. Argumentando não ser possível a atuação isolada do Estado face aos
214 inúmeros problemas do saneamento. Assim como, também, os municípios sozinhos não têm
215 recursos suficientes para atender a demanda. Por isso, cabe ao Estado equalizar as condições

M.

necessárias para tratar isonômica e equitativamente os municípios, avaliando as peculiaridades locais. Patricia F. Iglesias Lemos (USP) apresenta aos membros o Programa Cidades. Trata-se de um projeto vinculado ao Pacto Global da ONU, no qual o escritório regional da USP, sob sua coordenação, vêm atuando. Ela põe esse escritório à disposição dos municípios, a fim de atender suas demandas nos projetos que estejam relacionados aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs) abordados pela ONU. Há atualmente 23 municípios parceiros. Informa que os alunos, principalmente do pós-doutorado, têm contato direto com os municípios para fornecer auxílio por um determinado período, para oferecer o projeto prático, e uma entrega concreta. O Presidente, oferece os emails dos presentes para que seja passado o contato do escritório da USP.

Karla Bertocco Trintade (SABESP) apresenta o concurso "Pitch SABESP", que busca inovações, e soluções mais simples em diversas categorias do saneamento, comenta sobre os novos desafios para São Paulo, como o tratamento de esgoto e o combate às perdas de água, fala sobre o interesse de integração online das medições, convida a conhecer o site do concurso www.sabesp.com.br/pitch e a entrar em contato em caso de dúvidas.

O Presidente convida os Conselheiros no dia 12 e 13/11, para participarem do workshop sobre regulamentação de reúso de água, com o objetivo de colher experiências internacionais sobre o tema e incorporá-las no processo de regulamentação. Tal processo terá início junto à Secretaria do Meio Ambiente, CETESB, e Vigilância Sanitária para trabalhar com este pilar que está menos avançado no tema do saneamento, destacando a importância que o reúso da água terá na área de saneamento na próxima década. Relembra a crise hídrica sofrida recentemente e o sofrimento daqueles que não buscaram lidar melhor com a questão após o acontecimento.

Edgar de Souza (Prefeito de Lins) convida os municípios que desejarem conhecer a experiência de Lins, desenvolvida em parceria com a SABESP, onde a questão das perdas de água foi muito importante e bem trabalhada.

Hélio Luiz Castro (ARSESP) compartilha que a ARSESP até o fim do ano colocará em consulta pública um projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação com apoio de parte da tarifa dos municípios regulados pela ARSESP para ser utilizado em projetos de inovação na área do saneamento, em conjunto com a USP. Está previsto em um primeiro momento valor de 27 milhões/ano, possibilitando trazer um pouco mais de inovação para este setor que carece de novidades e tecnologia. O Presidente comenta a similaridade com o que era feito no setor elétrico e sua importância. Observa que o saneamento ainda parece ser "hard", duro, pesado faltando resultados mais presentes, ágeis e inovadores. Sugere que sejam tomadas medidas dentro do comitê para tentar regulamentar esse processo de tratamento de esgoto mais efetivo.

Jorge Jama Ayad (FECOMÉRCIO) comenta sobre sua fala na última ata a respeito do reúso da água, e faz uma breve leitura do respectivo trecho, enfatizando-o. Ele faz um apelo pela melhoria da comunicação entre membros do Conselho. Alerta sobre o nível baixo das médias na maioria das bacias hidrográficas no interior. Reforça a responsabilidade do Conselho em relação à água e sugere a criação de um Grupo de Trabalho, com reuniões mais frequentes, e temas variados, para melhor uso da inteligência disponível no Comitê. Diz que não é possível ficar tantos meses sem encontros pois a situação é urgente. Oferece a FECOMÉRCIO para encontros daqueles que estiverem à disposição e sugere outros lugares, com participação daqueles que tiverem interesse em cada tema. Coloca-se à disposição, reforçando a importância e a união de todos os membros do CONESAN.

José Mairton Pereira Barreto (SINTAEMA) também solicita que tenham reuniões mais frequentes. Comenta sobre a falta de debate da MP 844/2018, e da grande importância dessa

m.

legislação para o saneamento básico. Relembra a lei 11445/2007, e que a MP "põe em xeque" o exemplo de saneamento básico da SABESP , podendo acarretar encargos municipais.

O Presidente informa que está à disposição no site da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos o Sistema de Informação de Saneamento do Estado de São Paulo - SISAN, desenvolvido pela Coordenadoria de Saneamento junto com o SEADE, criado a partir do Sistema Nacional de Informações de Saneamento – SNIS. O SISAN baseia-se na consolidação de dados de maior consistência obtidos de diversas fontes, sendo desenvolvidos indicadores mais pontuais da condição de saneamento de cada município. O Presidente informa que estará disponível um *streaming* com link aberto para acesso a todos pela internet, com indicações e palestras que mostram a potencialidade do sistema. E acrescenta que conta com o "feedback" das prefeituras e companhias, par a ajustar da melhor maneira possível os dados, e futuras alterações necessárias. Comenta que atualmente há uma única Câmara Técnica no Conselho: é a Câmara Técnica de Planejamento. Salienta que os esforços devem ser reconhecidos em sua real magnitude, exemplificando os mais de R\$350 milhões de reais investidos em saneamento pelo Estado de São Paulo. Vislumbra que o Conselho carece de alguma forma para realizar a gestão das ideias propostas, se reúne poucas vezes, com pauta protocolar, e, portanto, não está exercendo as reais funções para qual foi definido. Aproveita o momento de renovação para convocar ainda no ano de 2018 uma reunião extraordinária na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e convoca para que possam criar três ou quatro Grupos de Trabalho, ou Câmaras Técnicas, com pelo menos um funcionário da Secretaria em cada uma das Câmaras para que possa acompanhar a evolução dos trabalhos em sua função de Presidente do Conselho, e solicita que enviem nesse tempo sugestões de temas, indicando "*a priori*": resíduos sólidos, a área da segurança hídrica, perdas e reuso, formação dos consórcios, dentre outras que julgarem oportunas. Sugere o estudo de possibilidade para criação de um Fundo para o CONESAN, voltado para o saneamento, como ocorre no caso dos recursos hídricos nos moldes do FEHIDRO. Tal fundo teria a finalidade de amortecer as diferenças, e atender da melhor forma possível as necessidades.

Maria Ribas reforça a necessidade de maior periodicidade de reuniões, pois sem isso se tornam difíceis avanços no Conselho. Parabeniza pela criação do SISAN, que preenche a lacuna de consulta dos dados do setor, e comenta sobre informações que ainda faltam ser incluídas, tal como drenagem, áreas de risco, reuso de água e dá ênfase no controle social. Entende que o SISAN deve contemplar a questão da existência ou não do controle social no município para se ter essa visão macro no Estado, antes não havia como, mas isso já está superado". Solicita informações que julga ainda não estarem claras o suficiente em relação às perdas de água, aponta para as perdas por ligação, e a necessidade de uma linguagem mais facilitadora para a população. Também sugeriu maior integração entre os programas de gestão com interface no saneamento, como é o caso da habitação. Parabenizou Vilma dos Anjos Gonçalves ocupando agora o cargo de Secretária Executiva do CONESAN e pergunta quem coordena e abastece os dados do SISAN.

Em resposta Vilma Gonçalves informa que a base é o SNIS, os dados estão atualizados até 2015, porém há previsão de reatualização até 2017. E que a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos necessita da parceria com o SEADE para realizar a consistência dos dados. Ressaltou que a transmissão ao vivo servirá também para sanar dúvidas e atualizar os dados. O SISAN é um sistema recente, e aos poucos vem sendo ajustado. Trata-se de um esforço muito grande, antes não existia tal suporte, e agora, finalmente, estão caminhando para um sistema de informação.

Ivan Carneiro Castanheiro (Ministério Público) comenta que nas últimas reuniões as atas



310 pautaram o relatório de salubridade, e os dados do SISAN poderiam alimentá-lo, nesse sentido,
311 sugere para apreciação em plenário que um dos grupos de trabalho a serem criados poderia se
312 debater sobre este tema utilizando os dados disponíveis centralizados no SISAN. Sugere:
313 maior periodicidade nas reuniões; alteração no regimento do CONESAN concedendo direito a
314 voto ao Ministério Público, assim como já ocorre no CONSEMA; e a aplicação da Lei 3465/2017
315 sobre regularização fundiária, pois saneamento é importante não só na área urbana mas
316 também na zona rural e a lei prevê, inclusive, núcleos habitacionais rurais, questão amplamente
317 discutida na última reunião do saneamento rural, com o objetivo de aportar investimentos para
318 solução do problema. O Presidente convocou a todos para a próxima reunião extraordinária do
319 CONESAN no dia 10 de dezembro às 14 horas na sede da SSRH, em continuidade aos
320 trabalhos. Tendo sido cumprida a pauta de trabalhos e não havendo mais assuntos o Presidente
321 do CONESAN, Ricardo Daruiz Borsari, agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião. Este
322 resumo executivo da Ata está em conformidade com as laudas taquigráficas da 8ª. Reunião
323 Plenária Ordinária do CONESAN.



324 **Ricardo Daruiz Borsari**
325 Presidente



326 **Wilma dos Anjos Gonçalves**
327 Secretaria Executiva